

Fabiana Araujo Diniz |

Novos investimentos no Maranhão: um cenário desenvolvimentista?

RESUMO

Este artigo se propõe analisar o atual desenvolvimento econômico do estado do Maranhão, com as novas promessas de investimentos que ocorrerão entre os anos de 2010 e 2016. Para tanto é necessário resgatar o pensamento de Celso Furtado sobre desenvolvimento e planejamento regional. Esta abordagem permitirá visualizar o atual estágio econômico e social do Nordeste e do estado do Maranhão, com seus entraves e possíveis avanços, inseridos em uma perspectiva desenvolvimentista.

Palavras-chave

Maranhão, Nordeste, novos investimentos, “novo desenvolvimentismo”.

ABSTRACT

This article looks at the present-day economic development of the state of Maranhão, in the Northeast of Brazil, with all the new investment that has been promised for the region for the period from 2010 to 2016. To this end, the article has necessarily resorted to the ideas put forward by Celso Furtado relating to development and regional planning. This approach provides a view of the existing economic and social status of the Northeast region of Brazil, and of the state of Maranhão in particular, with all their bottlenecks and all their achievements, all from a developmentalist point of view.

Keywords

Maranhão; the Northeast; new investments; “new developmentalism”.

1. Introdução

De 1930 até meados dos anos 80 foi justamente a concentração industrial brasileira na região Sudeste que proporcionou à região Nordeste um dos principais entraves para seu desenvolvimento, gerando, com esse fluxo de capitais para o eixo Rio-São Paulo, grandes desigualdades econômicas e sociais. Neste período observou-se no modelo nacional desenvolvimentista, que o foco era consolidar o processo de industrialização, o Estado com o papel de promover o desenvolvimento, mas não de transformar as relações da sociedade e muito menos de reduzir as desigualdades regionais.

O Brasil do século XX foi desenvolvimentista, mas também um grande agente da concentração regional e da renda. Nesse período, não houve um Estado do bem-estar comum propriamente dito, enquanto as desigualdades regionais, econômicas e sociais só se acentuaram.

Agora, no século XXI, o Brasil ensaia novamente um modelo desenvolvimentista, principalmente com os últimos avanços que surgiram a partir de investimentos em setores importantes da indústria e da sociedade. Observa-se que entre os anos 2003-2010, o Estado recupera a função de planejamento estatal e sua ação coletiva, que se traduz na possibilidade de um “novo desenvolvimentismo”, mesmo que ainda haja continuidade das políticas ortodoxas, de cunho neoliberal (metas de inflação, taxa de câmbio flexível e valorizada, superávit primário) ¹.

A análise do desenvolvimento econômico e social no Brasil deve ter como base estrutural uma relação entre o Estado e o desenvolvimento, em que participação ativa do Estado (Estado-nação) é premissa para o desenvolvimento econômico. Para a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), o caso brasileiro é considerado um dos mais bem-sucedidos projetos latino-americano de desenvolvimento nacional. No período de 1930 a 1960, o Estado foi um fator de desenvolvimento econômico e social, com taxas elevadas de crescimento econômico. O Brasil alterou sua estrutura econômica por meio do pensamento desenvolvimentista saindo de uma base agrário-exportadora para uma base urbano-industrial.

A partir dos anos 70, com o avanço das reformas neoliberais orientado para o mercado e Estado mínimo, se instalou no Brasil uma crise econômica (baixo crescimento econômico, elevado desemprego, aumento da inflação). Na década de 1980, o receituário da ortodoxia convencional e as reformas institucionais neoliberais, levaram o Brasil ao auge da crise da dívida com altas

1. Para Gonçalves (2011), no governo Lula (2003-2010) houve mais continuidade das políticas ortodoxas do que ruptura destas políticas neoliberais. Pois os eixos estruturantes do nacional-desenvolvimentismo foram invertidos, desindustrialização, reprimarização das exportações, desnacionalização e dominação financeira sobre a esfera produtiva (Nacional-desenvolvimentismo às avessas).

taxas de inflação. Historicamente a participação do Estado no Brasil se tornou um desafio na década de 1990 e se constatou que estas reformas eram inviáveis e que era urgente a reforma ou reconstrução do Estado no sentido de ampliar a função do Estado em garantir os direitos sociais e promover a competitividade do seu país.

O próprio fracasso das políticas neoliberais foi um impulso para renascer o “novo desenvolvimentismo”, mas agora como uma estratégia nacional de desenvolvimento (processo histórico de acumulação e aumento de produtividade), reforçando a ideia de Estado-nação e objetivando principalmente a rejeição das reformas ditada pelos países ricos de cunho neoliberal (ortodoxia convencional) que tornava o Brasil em uma situação de dependência (BRESER-PEREIRA, 2006).

Bielschowsky (2012), Fagnani (2013), Fonseca, Cunha e Bichara (2012) relatam que o desempenho recente da economia brasileira (governos Lula e Dilma), com a presença da integração do crescimento econômico e social, se aproxima de uma nova fase desenvolvimentista. Para os autores ensaia-se uma nova estratégia de desenvolvimento, mesmo que ainda não sejam satisfatórias.

Fundamentada na teoria macroeconômica keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento, a estratégia central do “novo desenvolvimentismo” é possibilitar aos países em desenvolvimento exportarem manufaturados ou produtos primários com alto valor agregado. Para tanto deverá se manter a estabilidade macroeconômica, reformar para fortalecer o mercado e o Estado (ter uma política industrial) e promover a poupança interna, os investimentos e a inovação. No campo social, deve-se revigorar o pensamento de Celso Furtado, sobretudo no que se refere à eliminação da concentração de renda e consumo, que são marcas do subdesenvolvimento brasileiro, criando um mercado interno forte com maior equidade de consumo e renda.

Nesta perspectiva, a região Nordeste nos anos 2000 também se modificou, verificando-se uma sensível melhora em termos econômicos e sociais, retirando do cenário econômico, progressivamente, a imagem de que o Nordeste é um apêndice incômodo ao desenvolvimento nacional. É certo que a mudança histórica do papel do Estado na economia brasileira do século XXI (anos 2000), com a aplicação de um “novo desenvolvimentismo”, vem proporcionando melhorias e redução das desigualdades, entretanto há ainda um longo caminho a se percorrer. As novas políticas nacionais deveriam dar mais atenção às políticas de desenvolvimento regionais, sobretudo na região Nordeste.

O Maranhão também acompanha este estágio. Considerado um dos estados mais pobres da federação, com os índices mais baixos de desenvolvimento, ensaia seu crescimento econômico e social a partir das perspectivas de novos investimentos que devem ser aplicados no período de 2010 a 2016. Esses novos investimentos compreendem o complexo mínero-metalúrgico (na

região oeste — Açailândia, Imperatriz e Santa Inês), o Agronegócio (na região sul — Balsas e Riachão) e as Indústrias de Alumínio, minério de ferro e de petróleo (na região norte, em torno de São Luís).

Depois de explicitar em linhas gerais a questão do desenvolvimento nacional, este artigo objetiva investigar — via pensamento “novo desenvolvimentista” e políticas regionais para o Nordeste propostas por Celso Furtado, que também influenciam sobremaneira este novo pensamento de desenvolvimento brasileiro² —, se o que está acontecendo no Brasil e no Maranhão é uma nova fase desenvolvimentista. E, a partir desta análise, perceber os limites teóricos e práticos desse novo pensamento, e, sobretudo, como objetivo maior, verificar os possíveis entraves e avanços da economia maranhense diante dessa nova fase da economia brasileira.

Este artigo, além da introdução e conclusão, terá três seções: na segunda se propõe a resgatar o pensamento de Celso Furtado sobre as políticas de desenvolvimento para o Nordeste. Nas seções três e quatro — e este será o objetivo maior do texto apresentado — trataremos do desenvolvimento econômico e social do Maranhão dentro de uma perspectiva histórica (Formação Econômica e Social do Maranhão), e também no período atual com o advento dos novos investimentos públicos e privados. Para tanto, foi realizada uma atualização de dados sobre os investimentos que realmente estão sendo aplicados, sobre o produto interno bruto local e indicadores sociais. Além disso, será realizada uma análise para verificar se os investimentos em curso no estado do Maranhão representam um modelo “novo desenvolvimentista”.

2. Desenvolvimento regional: uma política desenvolvimentista para o Nordeste

A preocupação com um projeto para o Brasil, uma estratégia de desenvolvimento nacional, está presente em toda obra de Celso Furtado e o desenvolvimento econômico do Nordeste esteve no cerne dos seus trabalhos como parte integrante deste projeto nacional. Este desenvolvimento pode ser retratado em duas análises históricas e marcantes no desenvolvimento econômico do Nordeste. No primeiro momento, caracterizado pelo sentimento nacional-desenvolvimentista do período JK, com o seu Plano de Metas, o Brasil tentava construir uma identidade nacional através da produção de bens duráveis impulsionados pela indústria automobilística. Neste mesmo período o próprio Celso Furtado coordenou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). O economista vislumbrava uma política desenvolvimentista para o Nordeste com atuação forte do Estado no que diz respeito aos investimentos, e justamente neste anseio foi criada a Superintendência do

2. BIELSCHOWSKY, Ricardo (UFRJ/Cepal), CARNEIRO, Ricardo (Unicamp, hoje no Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID), BIANCARELLI, André (Unicamp) dentre outros, são social-desenvolvimentistas e em seus trabalhos revigoram o pensamento de Celso Furtado sobre a questão do desenvolvimento econômico nacional.

Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que tinha como principais objetivos alavancar ações socioeconômicas para a região e, sobretudo, fazer frente ao grande problema da seca que, para ele, tinha sua raiz na organização socioeconômica estruturada no semiárido, e não na seca em si.

No segundo momento o Brasil foi marcado pela crise da dívida externa (anos 1980), subordinando nossa economia ao capital estrangeiro e reduzindo drasticamente nossa capacidade de união, o que só acentuou ainda mais as desigualdades regionais.

A partir destas duas vivências históricas brasileiras, Celso Furtado escreveu uma obra muito cara para o planejamento regional do Brasil: *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. A ideia central desta obra nos orienta para que as políticas voltadas ao desenvolvimento das economias nacional e regional devam estar imbricadas e andar juntas. “Não é possível entender nem o Nordeste nem o Brasil sem levar em conta que o primeiro sintetiza as contradições do segundo, em grau elevadamente dramático” (FURTADO, 1981:13). Esse trabalho teve como premissa o desenvolvimento nacional, partindo da redução das desigualdades regionais, o que abrange diretamente a região Nordeste. Ou seja, o fim dos exclusivismos regionais devia ser o primeiro passo para uma proposta de desenvolvimento econômico, pois o Nordeste não pode ser considerado somente como um apêndice do desenvolvimento brasileiro. A industrialização nordestina não pode ser um prolongamento do desenvolvimento industrial do Centro-Sul.

As disparidades regionais são permeadas por dessimetrias entre duas regiões: Centro-Sul e Nordeste, tendo com fator principal a concentração de renda (concentração de gastos em consumo) que possui projeções no setor agropecuário, por exemplo, estando à margem do processo de integração nacional. Havendo níveis de produtividade entre estas duas regiões, o setor agrícola acumula atraso, declinando sua produtividade tanto com respeito ao setor industrial como relativamente à agricultura de exportação e pecuária (FURTADO, 1981).

Em suma, na obra acima citada, a relação entre as duas regiões se desenvolve de forma a acentuar a dependência do Nordeste, pois o mercado nordestino vem funcionando como um complemento do mercado Centro-Sul e os investimentos industriais são subordinados à lógica da economia Centro-Sul, sobrando para a região nordeste uma herança pobre e subdesenvolvida. O que devia ser percebido com urgência é que o atraso da região Nordeste dificulta o desenvolvimento econômico em âmbito nacional, pois gera desigualdades e assimetrias econômicas e sociais.

Investimentos e recursos substanciais para a região por pelo menos um decênio, introdução de modificações estruturais que venham a produzir melhoras sensíveis nas condições de vida e na capacidade de iniciativa da massa trabalhadora e aumentar de forma substancial a participação do

Nordeste na atividade industrial do país são os três eixos de ação que podem transformar o Nordeste (FURTADO, 1981). Estes três planos devem agir conjuntamente, um complementando o outro, simultaneamente.

Furtado (1984:22, grifo nosso) sentencia que:

No caso brasileiro e, mais particularmente, no nordestino, a **estrutura agrária** é o principal fator causador da extremada concentração de renda no conjunto da economia. Não tanto porque a renda seja mais concentrada no setor agrícola do que no conjunto das atividades produtivas. Mas pelo fato de que, não havendo no campo nenhuma possibilidade de melhora das condições de vida para a massa trabalhadora, a população rural tende a se deslocar para as zonas urbanas, congestionando nestas a oferta de mão de obra não especializada. A sobreurbanização que se observa no Nordeste é uma das consequências negativas de sua atual estrutura agrária.

A melhora das condições da massa trabalhadora, parte primeiramente de modificar a estrutura agrária, ou seja, incorporar a classe rural no processo de desenvolvimento. Os minifúndios e os latifúndios e sua estrutura dominante e exploradora são raízes históricas que devem ser arrancadas em prol do crescimento do homem do campo, utilizando sua capacidade de trabalho e, a partir deste processo, seja possível a ele absorver novas técnicas e se capitalizar. “O homem do campo como ator político ativo e não apenas como força de trabalho” (FURTADO, 1981:17).

É importante perceber o aspecto histórico-estrutural da formação do desenvolvimento do Nordeste. O caráter inicial da colonização do Brasil contribuiu para as desigualdades no Nordeste, principalmente na questão fundiária, dado à produção de *commodities* para exportação em grandes latifúndios.

Furtado (1984:27, grifo nosso) alerta também:

Não basta modificar a estrutura agrária; também é indispensável **redirecionar o processo de industrialização** (...) maior integração da industrial regional e vinculá-la progressivamente ao mercado local. Isto exige que se estabeleça um regime de reserva de mercado para as indústrias que se localizem na região e adotem opções tecnológicas compatíveis com uma ampla criação de emprego. Indústrias com uma orientação tecnológica também poderão localizar-se na região, mas não há razão para que se beneficiem de estímulos oficiais. O sistema de subsídios deverá ser posto a serviço do desenvolvimento do mercado local e da homogeneização social.

O aumento da participação da indústria nordestina no Brasil poderá gerar as condições para a redução do estilo centralizador da indústria nacional (Centro-Sul), sobretudo com a diversificação da indústria e o aumento da participação do Nordeste na atividade manufatureira. Para atuar nos desníveis

regionais de desenvolvimento é necessária uma planificação das dimensões continentais do país orientada para a localização de atividades industriais. Essa descentralização poderá favorecer os grupos nacionais e reduzir a participação das indústrias estrangeiras.

No século XX, o desenvolvimento foi determinado por uma herança desenvolvimentista e conservadora, entre 1920-1980, em que se acentuaram as desigualdades sociais e regionais, que são aspectos históricos intrincados na realidade brasileira. Para Bacelar (2003:1),

(...) o que caracterizava o Estado brasileiro neste período (1920-1980) era o seu caráter desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário. Não era um Estado de bem-estar social. O Estado conservador que logrou promover transformações fantásticas sem alterar a estrutura de propriedade, por exemplo.

Nos anos 2000, as ideias de Celso Furtado para o desenvolvimento do Nordeste seguem vivas, e neste novo cenário em que o desenvolvimentismo aparece como o “novo desenvolvimentismo”, é importante colocar o desenvolvimento da região Nordeste como parte integrante das estratégias nacionais de desenvolvimento, apontando avanços e entraves, sobretudo por se tratar da região tão pouco desenvolvida. Ou melhor, se faz necessário resgatar o sonho de Celso Furtado de trazer o Estado desenvolvimentista para o Nordeste. É urgente a formulação de uma política nacional de desenvolvimento regional inserida no âmbito do novo desenvolvimentismo, no sentido de aproveitar a presença ativa e articulada do Estado. É fundamental para a integração das diversas regiões do país. Ou melhor, é tarefa do Estado subordinar à dinâmica econômica regional a consolidação da integração nacional, principalmente no sentido de aumentar a participação da região Nordeste na produção industrial através da desconcentração da dinâmica territorial do país.

O combate das desigualdades sociais deve acontecer em nível nacional, mas também de forma inter-regional. Os programas sociais do governo federal, como: Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida (retomada da construção civil), Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e recriação da Sudene, aplicados desde 2003, têm impactado de forma positiva na redução das desigualdades, porém ainda é muito pouco diante da grande demanda da região Nordeste. Dados das contas regionais do IBGE (2010) apontam que a região Nordeste, em 2009, atingiu a maior participação da série desde 2002, 13,5%, mesmo que o crescimento ainda seja quase o mesmo dos anos anteriores, mantendo-a no mesmo patamar em 2010, como segue na tabela abaixo:

Tabela 1: Participação percentual das grandes regiões no Produto Interno Bruto – 2002 a 2010

| GRANDES REGIÕES | Participação percentual no Produto Interno Bruto (%) | | | | | | | | |
|-----------------|--|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Brasil | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Norte | 4,7 | 4,8 | 4,9 | 5,0 | 5,1 | 5,0 | 5,1 | 5,0 | 5,3 |
| Nordeste | 13,0 | 12,8 | 12,7 | 13,1 | 13,1 | 13,1 | 13,1 | 13,5 | 13,5 |
| Sudeste | 56,7 | 55,8 | 55,8 | 56,8 | 56,4 | 56,0 | 56,0 | 55,3 | 55,4 |
| Sul | 16,9 | 17,7 | 16,6 | 16,3 | 16,6 | 16,6 | 16,6 | 16,5 | 16,5 |
| Centro-oeste | 8,8 | 9,0 | 9,1 | 8,9 | 8,7 | 8,9 | 9,2 | 9,6 | 9,3 |

Fonte: IBGE, Contas Nacionais 2010.

O PIB *per capita* da região Nordeste em 2009 atingiu a maior participação da série desde 2002, como segue na Tabela 2:

Tabela 2: PIB estadual *per capita* - R\$ (mil)

| REGIÃO | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|---------------------|------|------|------|------|-------|-------|-------|-------|
| Região Centro-oeste | 8,77 | 8,93 | 9,35 | 9,20 | 9,23 | 10,21 | 10,55 | 10,80 |
| Região Norte | 4,19 | 4,22 | 4,51 | 4,56 | 4,74 | 5,23 | 5,29 | 5,13 |
| Região Nordeste | 3,23 | 3,18 | 3,31 | 3,47 | 3,58 | 3,86 | 3,88 | 3,94 |
| Região Sul | 7,98 | 8,35 | 8,56 | 8,32 | 8,40 | 9,48 | 9,45 | 9,33 |
| Região Sudeste | 9,25 | 9,07 | 9,46 | 9,75 | 10,04 | 11,03 | 10,96 | 10,70 |

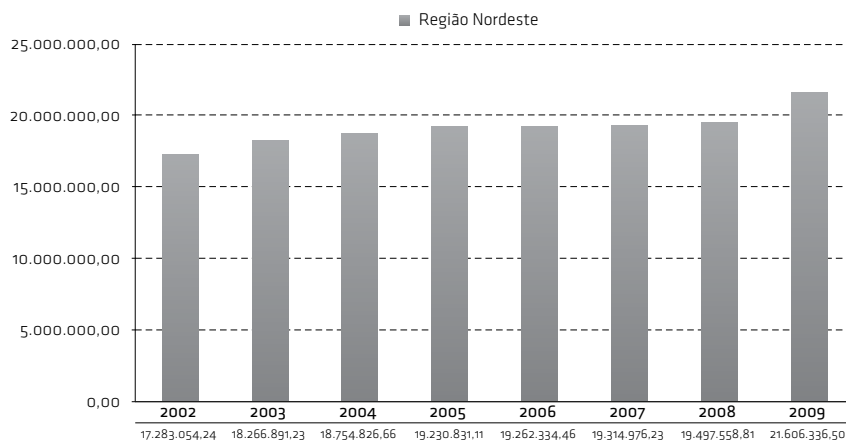
Fonte: IBGE, organizado por IPEADATA.

No recente seminário do BNDES sobre o Nordeste, Bacelar (2013) traça as tendências recentes e novas perspectivas para a região Nordeste. Nesse trabalho verificam-se mudanças no ritmo e no padrão de crescimento econômico e alterações no quadro social na região Nordeste.

Melhorias da renda, na taxa de crescimento do PIB, atração de investimentos públicos e na infraestrutura (PAC), crescimento do emprego formal na construção civil e maior participação da indústria de transformação no Nordeste, são reflexos da mudança do padrão de crescimento do Brasil (BACELAR, 2013).

Os investimentos tendem a mudar o perfil produtivo com maior peso da indústria e novos setores. O Gráfico 1, a seguir, demonstra um crescimento significativo na indústria de transformação na região Nordeste.

Gráfico 1: PIB estadual - indústria - transformação - valor adicionado - preços básicos - R\$ (mil) - 2002 a 2009



Fonte: IBGE, organizado por IPEADATA.

No âmbito social, seguindo o pensamento de Celso Furtado da eliminação da concentração de renda e consumo, e também da proposta “novo-desenvolvimentista”, Bacelar (2013) fez uma análise comparando o Nordeste com o restante do país, com redução da pobreza e desigualdades em todas as regiões, e constatou: aumento nos rendimentos médios; queda da mortalidade de um modo geral; melhoria da escolaridade média e diminuição da taxa de analfabetismo.

É importante verificar que no estudo realizado por Bacelar (2013), a autora observa algumas mudanças importantes na base produtiva nordestina, sobretudo com a formação de um novo perfil industrial, novos nichos de mercado, expansão dos serviços públicos, o avanço de segmentos ligados ao consumo popular, a presença da energia eólica como matriz energética, além da abrangente integração na moderna logística da rede agrária do país (cerrados do NE), acompanhada pelo crescimento das APL e pequenos e micro empreendimentos.

O discurso e imagem do Nordeste se alteram: do “nordeste coitadinho” para o nordeste de potenciais em busca de novos investimentos, o Brasil revisita o Nordeste (reduz visão de “região problema” e é visto como região em desenvolvimento) (BACELAR, 2013). Entretanto, é necessário analisar os possíveis entraves. O primeiro, de ordem nacional, constata que a economia brasileira vem desacelerando com a redução do PIB, problema agravado pela redução do nível de investimentos e consumo. Além deste cenário da conjuntura brasileira, na região Nordeste os principais entraves estão ligados à crise federativa (redefinição do Fundo de Participação dos Estados — FPE — e reformulação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS), à reconcentração produtiva (regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste), ao baixo investimento em infraestrutura (rodovias e ferrovias), à modesta presença de atividades tecnológicas e aos pequenos gastos em ciência e tecnologia, assinala Bacelar (2013).

Diante deste estudo, o que se deve retomar de forma imediata é a realização de políticas regionais inseridas nas políticas nacionais de desenvolvimento, atendendo à matriz teórica do pensamento de Celso Furtado e aos anseios do “novo desenvolvimentismo”, crescimento econômico e maior justiça social. O desenvolvimento de um projeto nacional é requisito principal, pois não é possível pensar o Nordeste, sem pensar o Brasil, tampouco pensar o Brasil sem o Nordeste.

Seguindo a leitura de Celso Furtado sobre a interpretação da questão regional para superação das desigualdades, devemos realizar uma análise que parta primeiramente das especificidades de cada região e, sobretudo, enfatizar um processo mais amplo, para além da questão econômica, e que responda com clareza às lacunas sociais. Tomando como referência essas análises, abordaremos na seção seguinte a Formação Econômica e Social do Maranhão, para que não se produzam mudanças repentinas em dados sociais, sem uma prévia consulta histórica.

3. A Formação Econômica e Social do Maranhão: enfoque histórico-estrutural

Depois de resgatar o pensamento de Celso Furtado, sobretudo no sentido de recuperar o Estado desenvolvimentista para o Brasil e para o Nordeste, voltamos para o objetivo maior do trabalho que é analisar as recentes mutações econômicas e sociais do Maranhão. A identificação das particularidades partirá da análise do processo histórico e estrutural da Formação Econômica e Social Maranhense, que pode ser entendida por quatro fases distintas.

A primeira fase é caracterizada pela integração do modelo primário exportador (1755-1889) com o sistema colonial português, através da Companhia do Grão-Pará e do Maranhão, superando um século de atraso nas exportações de algodão, arroz, couro e açúcar para a Europa. De acordo com Furtado (2001), nesse período a economia maranhense se integrou à economia açucareira que já existia em outros pontos do Nordeste. Este momento só foi possível devido ao aquecimento momentâneo das exportações de algodão e arroz para os Estados Unidos.

No século XIX, a economia maranhense foi marcada pelo avanço das *plantations* (sistema agrícola baseado na monocultura de exportação, com latifúndios e mão de obra escrava) de algodão e cana-de-açúcar que condicionaram o expressivo crescimento populacional. De acordo com Arcangeli (1987) a decadência deste período exportador decorre da retomada da economia europeia e dos Estados Unidos no mercado internacional.

A segunda fase (1890-1940) é marcada pela desarticulação do sistema de *plantations* e pelos bons índices de crescimento da indústria têxtil

influenciados pela abolição da escravidão. Os ciclos de *plantations* foram substituídos pela pecuária extensiva e agricultura familiar. O desenvolvimento da indústria têxtil, sobretudo na década de 1940, representou 70% das exportações maranhenses, entretanto, nesta mesma época, entrou rapidamente em um processo de decadência, devido à modernização e barateamento dos custos de transportes e da tecnologia de ponta, com equipamentos mais modernos e produtivos, na região Centro-Sul.

Na terceira fase podemos relatar a integração comercial maranhense à economia nacional, que se desenvolve entre 1940 e 1970, marcada pelo fim do setor têxtil no Maranhão e pela importância comercial que o extrativismo adquiriu. No início da década de 1940 a extração de babaçu e as plantações de arroz irrigado e sequeiro tiveram uma importância salutar na economia maranhense. Porém, no final da década de 1970, a baixa produtividade destas duas culturas levou à sua decadência. Esta decadência foi originária do desenvolvimento tecnológico na região Sul do país (o cultivo do babaçu era realizado de forma extrativista e em grandes extensões territoriais), inclusive na Argentina e Uruguai, e do barateamento dos óleos de soja e de palma.

A quarta fase relaciona-se com o contexto histórico nacional através da implantação do II PND (governo Geisel, 1974-1978) que no Maranhão se transfigurou no Projeto Carajás, com a implantação da Vale do Rio Doce e da Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR) em São Luís. Dessa forma, nesta fase (1970) o Maranhão integra-se à economia nacional. No final da década de 1970, no sul do Maranhão desenvolve-se uma agricultura graneleira mecanizada (milho, arroz, algodão e, sobretudo a soja) que nos anos seguintes se expande para o leste do estado (Chapadinha e baixo do Parnaíba).

No período mais recente, para Holanda & Paula (2011) a década de 1980, mesmo com a crise econômica e fiscal no Brasil (crise da dívida), o Maranhão continuou com a produção mineral e a pecuária extensiva com índices positivos no nível de renda (8,3% a.a.). Com novas *commodities* (soja e eucalipto), observa-se a reinserção do Maranhão no mercado externo não havendo a preocupação com a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável. Somente na década de 1990 que o impacto econômico foi sentido com o esgotamento dos ciclos de investimentos (Vale - Carajás, Alumar e Porto do Itaqui) e crise fiscal originária do ajuste fiscal pré-plano Real (1993-1994).

Todo esse processo histórico da formação econômica e social maranhense é marcado por uma descontinuidade, como dizia Rangel (2008, p.58), “o Maranhão foi a ‘terra do que já teve’. Além das fábricas de fiação e tecelagem, inclusive lã, meias e cânhamo, tínhamos tido até fábricas de fósforos e pregos, raros no Brasil.” Estas descontinuidades serão de fundamental importância para levantar as bases estruturais ao desenvolvimento recente (anos 2000) da economia maranhense, marcadas pelas promessas de novos investimentos.

4. Novos investimentos no Maranhão: um cenário desenvolvimentista?

Em face ao enfoque histórico-estrutural abordado na seção anterior, marcado por fortes discontinuidades no desenvolvimento econômico e social do Maranhão, percebemos que essa trajetória possuiu vínculos ao longo dos anos e ainda continua a exercer influências no momento atual. Portanto, direcionaremos nossa análise para o período recente, com as promessas de novos investimentos para identificar essas influências.

De acordo com a Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (RENAI), os novos investimentos no estado do Maranhão estão ligados a três setores. São eles: **complexo minero-metalúrgico** (na região oeste — Açailândia, Imperatriz e Santa Inês), o agronegócio (na região sul — Balsas e Riachão) e as **indústrias de alumínio, minério de ferro e de petróleo** (na região norte, em torno de São Luís). A previsão dos novos investimentos ocorrerá entre os anos de 2010 a 2016, o montante total desses investimentos é estimado em mais de R\$ 100 bilhões (três vezes o PIB atual do estado) entre recursos públicos e privados. O projeto de maior envergadura é o da Petrobras, com a Refinaria Premium I, que já está em andamento no município de Bacabeira, avaliada em US\$ 20 bilhões. Outros projetos importantes e significativos são a Suzano Papel e Celulose, que investe US\$ 1,8 bilhão para produzir 1,3 toneladas de celulose de eucalipto por ano. Em Açailândia, a Aciaria Gusa Nordeste levanta uma indústria de R\$ 300 milhões para fabricar 600 mil toneladas de tarugos de aço por ano.

De acordo com o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC, 2010), verificou-se uma aceleração recente nas taxas de crescimento econômico, se comparado aos últimos anos, no estado do Maranhão. Também números relacionados à produção e emprego vêm acompanhando essa aceleração. Esse cenário nos revela, além disso, uma melhoria em alguns indicadores econômicos e sociais no Maranhão, o que poderá se elevar ainda mais com os novos investimentos anunciados para o período 2010-2016 que, prevê-se, serão da ordem de R\$ 66 bilhões, como nos mostra a Tabela 3 abaixo:

Tabela 3: Investimentos em andamento e planejados - estado do Maranhão (2010-2016)

| Investimentos em andamento e planejados | Total (em %) |
|--|--------------|
| Petroquímica | 52,7 |
| Logística | 20,1 |
| Geração e distribuição de energia | 8,9 |
| Mínero metalúrgico | 8,3 |
| Reflorestamento, Papel e Celulose | 5,6 |
| Açúcar e Álcool, Biodiesel e Óleos Especiais | 1,9 |
| Outros | 2,4 |

Fonte: IMESC/ Indicadores de Conjuntura jan./mar 2010

As tendências econômicas e sociais que impulsionam o desenvolvimento do estado do Maranhão são positivas, porém ainda existem muitos entraves. A evolução positiva do PIB do Maranhão a preços correntes em relação ao Nordeste e Brasil, na Tabela 4, sinaliza uma retomada no que diz respeito ao desenvolvimento econômico do estado.

Tabela 4: Produto Interno Bruto a preços correntes, do Brasil, Nordeste e Maranhão – 2006-2010

| ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA | Produto Interno Bruto a preços correntes (R\$ milhão) | | | | |
|------------------------|---|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Brasil | 2 369 484 | 2 661 345 | 3 032 203 | 3 239 404 | 3 770 085 |
| Nordeste | 311 104 | 347 797 | 397 500 | 437 720 | 507 502 |
| Maranhão | 28 620 | 31 606 | 38 486 | 39 855 | 45 256 |

Fonte: IBGE

A Tabela 5 demonstra o percentual das atividades que compõe o PIB do Maranhão apontando um pequeno crescimento nos setores de serviços e agropecuário.

Tabela 5: Participação das atividades no valor adicionado bruto do Maranhão – 2006-2010

| ATIVIDADES | Participação por setores (%) | | | | |
|---------------------|------------------------------|------|------|------|------|
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Agropecuária | 16,6 | 18,6 | 22,2 | 16,6 | 17,2 |
| Indústria | 19,6 | 17,9 | 16,9 | 15,4 | 15,7 |
| Serviços | 63,8 | 63,5 | 60,9 | 68,1 | 67,1 |

Fonte: IBGE

A distribuição por atividade econômica na indústria, na Tabela 6, revela um maior destaque de crescimento no setor da construção civil impulsionada pelas políticas habitacionais do governo federal e pela indústria extrativa mineral, influenciada pelo aumento da produção de minério de ferro e minerais não metálicos.

Tabela 6: Participação do setor da indústria no valor adicionado bruto do Maranhão – 2006-2010

| MARANHÃO | Participação no valor adicionado bruto (%) | | | | |
|---|--|-------|-------|-------|-------|
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Indústria | 19,6 | 17,9 | 16,9 | 15,5 | 15,7 |
| Indústria extrativa mineral | 1,75 | 1,29 | 2,73 | 2,11 | 2,42 |
| Indústria de transformação | 9,50 | 8,10 | 5,87 | 3,83 | 3,31 |
| Construção | 5,98 | 6,37 | 6,44 | 7,29 | 7,76 |
| Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana. | 2,35 | 2,10 | 1,83 | 2,12 | 2,21 |

Fonte: IBGE

Entretanto, ao contrário da tendência do Nordeste (ver Gráfico 1), a queda da indústria com valor adicionado, a indústria de transformação do Maranhão, é algo preocupante. Esta queda tem um vínculo direto com a especialização da pauta exportadora do Maranhão em *commodities* agrícolas e minerais (milho, soja, minério de ferro, alumínio, alumina, ouro e ferro-gusa) que chegam a 95% das suas exportações. Para Furtado (2000:101) “essa especialização, ligada diretamente à demanda externa e à atividade interna primária, está destituída de toda capacidade transformadora que se possa operar na estrutura produtiva do país”.

É necessário romper com a dependência que o Maranhão mantém com o comércio nacional e internacional, e criar um mercado interno (local e regional), que também possa diversificar sua matriz produtiva e descentralizar o desenvolvimento em direção a regiões mais pobres. Furtado (1984:26) já orientava para esta mudança:

Para que o processo de industrialização seja não apenas um “motor” do crescimento, mas também um instrumento de homogeneização social é necessário que essa industrialização se vincule amplamente ao mercado regional. Isso não significa que não possam existir indústrias primariamente ligadas ao mercado externo à região, mas sim, que no seu conjunto as atividades industriais reflitam as condições socioeconômicas do Nordeste.

A principal ação desse processo é a reforma agrária. Ou seja, a estrutura agrária deve ser reestruturada com prioridade:

Essa nova estrutura agrária deverá ser instrumento de uma política econômica que tenha como principal objetivo dar elasticidade à oferta de consumo popular. Nas condições estruturais que atualmente prevalecem, os recursos de crédito oficial tendem a favorecer a produção de excedentes utilizados fora da região, ou são absorvidos pela intermediação e canalizados para fora da agricultura. É necessário que se compreenda que as consequências antissociais da política de crédito subsidiado são reflexos da estrutura agrária, que surgiu historicamente vinculada a mercados externos. No quadro desta estrutura a pobreza

dos que trabalham a terra transforma-se em fonte de renda dos grandes proprietários e dos intermediários. O objetivo da reforma deverá ser dotar a região de uma estrutura agrária que favoreça a elevação da renda real da massa dos agricultores e os estimule a investir e absorver avanços técnicos. Se não se satisfazem esses requisitos estruturais, torna-se impraticável uma verdadeira política de desenvolvimento, ou melhor, as políticas de fomento agrícola tendem rapidamente a degenerar em políticas de criação de excedentes em benefícios de grupos privilegiados. (FURTADO, 1984:23-24)

A vulnerabilidade a que se expõe a economia maranhense ao se especializar em *commodities* situa-se sobremaneira nas oscilações do mercado internacional, tanto que a crise financeira internacional de 2008 acabou tendo consequências negativas no mercado de trabalho maranhense. Conforme dados do Ministério do Trabalho, pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), em 2008 foram extintos mais de 6,6 mil empregos no setor de serviços, na agricultura, silvicultura, indústrias metalúrgicas e mecânicas. O ano de 2009 teve ainda pior resultado que o anterior e foi caracterizado por uma forte concentração de desligamentos, com 8,1 mil demissões (HOLANDA & PAULA, 2011).

Essa tendência de um “novo desenvolvimentismo” sinaliza para formas de atuação pautadas pela diversificação do parque industrial e de produtos com alto valor agregado. A exploração de recursos naturais e a manufatura sobre esses produtos extraídos podem ser ações que representem um primeiro passo para a agregação de valores, porém, sem uma federação forte não haverá um rumo certo para o desenvolvimento nacional e regional.

No que se referem à infraestrutura, os novos investimentos têm sido direcionados especialmente para o conjunto intermodal de transportes (ferrovias, rodovias e hidrovias), conjunto este que está articulado com o Complexo Portuário do Itaqui e Ponta da Madeira (base naval), e que também é favorecido pela integração de três rodovias: Norte-Sul, Carajás e Transnordestina. A expansão do Porto do Itaqui, um dos mais importantes do Brasil pela proximidade com o canal do Panamá e com os mercados europeu e asiático, é considerado um dos investimentos mais importantes.

Entretanto, os setores da economia que mais estão se beneficiando desta grande estrutura logística são justamente as *commodities* agrícolas e minerais, que representam um enclave econômico para região, sobretudo porque respondem massivamente pela pauta exportadora do estado. A “Mapitoba” (acrônimo para o enclave econômico agrícola nas regiões entre Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia) é um exemplo típico, com uma grande produção voltada para o mercado externo, mas que gera pouquíssima renda interna.

A qualificação de mão de obra, com investimentos em escolas técnicas e profissionalizantes, e a capacitação de fornecedores são alguns dos grandes

desafios a serem encarados, pois o Maranhão tem os piores índices educacionais do Brasil e a taxa de analfabetismo da população com mais de 15 anos é de 19,09%, o dobro da média nacional, de 9,70% (IPEA, 2012).

Além disso, o nível da renda também acompanha esses mesmos patamares e a renda *per capita* é última entre os estados brasileiros. “O Maranhão, menor PIB *per capita* brasileiro, apesar de ter registrado o 16º maior PIB brasileiro em 2010, tem a décima maior população brasileira” (IBGE, 2010).

O mercado de trabalho se apresenta pouco estável, pois a maioria das vagas é preenchida no momento da instalação e construção dos projetos, porém, quando na fase de operação dos empreendimentos, os trabalhadores, com pouca qualificação técnica, acabam não sendo incorporados, como o que vem acontecendo na Hidroelétrica do Município de Estreito (MA). Para Holanda & Paula (2011:71-72):

há uma grande discrepância entre a geração de empregos na fase instalação e na fase de operação. Com efeito, enquanto é esperada a geração de cerca 223 mil postos de trabalho nas fases de instalação dos projetos, a fase de operação deverá assegurar tão somente a geração de cerca de nove mil postos de trabalho.

De acordo com o estudo realizado pelo IPEA (2011) e “A Situação Social nos Estados — Maranhão” (IPEA, 2012) seguem abaixo dados elucidativos de cunho social.

O Nordeste e o Maranhão possuem a renda domiciliar *per capita* abaixo da nacional (Brasil: 631,71; Nordeste: 395,48 e Maranhão 340,08), porém o crescimento da renda média foi bem maior que o nacional, como segue na Tabela 7.

Tabela 7: Renda média por região no período de 2004-2009 (em R\$)

| REGIÃO | Renda média (2004) | Renda média (2009) | Var.(%) |
|----------|--------------------|--------------------|---------|
| Brasil | 495 | 635 | 28% |
| Nordeste | 286 | 398 | 39% |
| Maranhão | 251 | 343 | 37% |

Fonte: IPEADATA

No período de 2004 a 2009, a redução do percentual das pessoas que vivem em extrema pobreza (daqueles que auferem uma renda *per capita* inferior a R\$ 67,07) no Nordeste foi pouco menor do que a do Brasil, mas no Maranhão foi mais acentuada, como demonstra a Tabela 8.

Tabela 8: Renda *per capita* (%) inferior a R\$ 67,07 por região no período de 2004-2009

| REGIÃO | Renda <i>per capita</i> (%) 2004 | Renda <i>per capita</i> (%) 2009 | Var. (%) |
|----------|----------------------------------|----------------------------------|----------|
| Brasil | 8% | 5% | -42% |
| Nordeste | 19% | 11% | -40% |
| Maranhão | 27% | 13% | -47% |

Fonte: IPEADATA

A diminuição da pobreza extrema no Nordeste foi responsável por 58% da queda nacional. O Maranhão foi responsável por 20% da queda do Nordeste e 12% da queda nacional. O rendimento médio dos ganhos de um trabalhador (salário), em outubro de 2009, foi de R\$ 1.116,39 no Brasil, R\$ 743,56 no Nordeste e R\$ 734,52 no Maranhão, bem abaixo da média nacional. Enquanto a extrema pobreza e a renda média diminuíram nas zonas urbanas do Maranhão, na zona rural os índices cresceram e são alarmantes. A extrema pobreza na zona rural maranhense em 2009 chegou a 27,86%, contra 20,44% no Nordeste e 12,64% no Brasil.

No Maranhão, as desigualdades de renda média aumentaram. A renda domiciliar *per capita* da zona rural teve um crescimento de 22,8% — passando de R\$ 162,75 em 2001 para R\$ 198,78 em 2009 —, enquanto o aumento na zona urbana foi de 51,7%. Os programas sociais e de infraestrutura do governo federal no Maranhão ainda são insuficientes para reduzir a pobreza no campo, enquanto que as condições de vida da população urbana e rural seguem delicadas.

Conforme o pensamento “novo-desenvolvimentista”, a redução das desigualdades, sobretudo da pobreza, é um fator importante, defendida também por Celso Furtado, pois possibilita o crescimento econômico com maior justiça social. No caso do Maranhão observam-se poucos efeitos desencadeadores em função da redução das desigualdades.

Os novos investimentos são de grande magnitude, porém os efeitos multiplicadores se desenvolvem a passos lentos, já que existem muitos entraves econômicos e sociais, o que não deixa também de refletir na realidade brasileira, e, sobretudo na região Nordeste. O grande desafio do Maranhão no âmbito do novo desenvolvimento brasileiro está em articular os atuais investimentos como ações políticas e econômicas que proporcionem maior justiça social, por meio de uma maior diversificação produtiva e criando espaços para um mercado regional e local, e que possibilite, a todos, um amplo acesso à justiça social através do aumento do número de empregos.

O “novo desenvolvimentismo” no Brasil tem como essência a atuação ativa do Estado com o objetivo de fortalecer o mercado por meio de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Não dá para deixar o Nordeste, e mais especificamente o Maranhão, como apêndice desde desenvolvimento, pois a região forma um todo orgânico, no âmbito econômico, social e político, e é sim parte importante da federação.

Torna-se urgente a formulação de uma política de desenvolvimento regional inserida no âmbito do “novo desenvolvimentismo”, com a presença ativa e articulada do Estado como parceiro fundamental para a integração das diversas regiões do país, ou melhor dizendo, que é atribuição direta do Estado subordinar à dinâmica econômica regional a consolidação da integração entre as regiões, principalmente no sentido de aumentar a participação do Nordeste na produção industrial, permitindo que o bloco regional se situe como gerador de riqueza no âmbito da economia nacional, e não somente como consumidor das políticas sociais de governo.

Pensar no desenvolvimento econômico e social do Maranhão é pensar em um novo desenvolvimentismo, sobretudo com as promessas de novos investimentos em solo maranhense, o que fomenta o crescimento econômico e o desenvolvimento social com a redução das desigualdades, apresentando-se o Estado como o grande facilitador dessas políticas desenvolvimentistas.

5. Conclusões

A ênfase dada neste trabalho ao ensaio teórico “novo desenvolvimentista” se justifica, pois os anos 2000 são, tanto para o Brasil como para o Maranhão, um período de mudanças econômicas e sociais, se comparadas com a década anterior. Tomar como referência essa perspectiva nos permitiu elencar os principais pontos para um projeto de desenvolvimento regional no âmbito federal, e melhor, nos possibilitou a verificação de quais as principais estratégias nacionais de desenvolvimento que devem ser formuladas e quais os entraves para a sua efetiva realização.

O Plano de Desenvolvimento para o Nordeste proposto por Celso Furtado alerta para a necessidade da inclusão da região Nordeste nas pautas das políticas do desenvolvimento nacional. É necessário integrar todo território nacional, sobretudo com uma maior participação da indústria do Nordeste. Deverá ser este um dos pilares do “novo desenvolvimentismo”.

As disparidades regionais e de renda só colaboram para atrasar o desenvolvimento das regiões pobres e também para impulsionar o desenvolvimento brasileiro, de um modo geral. A concentração industrial e de renda na região Sudeste ainda é um fator que eleva os desequilíbrios regionais, sobretudo nas regiões mais pobres do Brasil, entre elas o Nordeste.

Apesar de tudo isso, a análise dos dados recentes demonstra um Nordeste menos desigual e até com certo crescimento econômico, porém ainda não se verifica um patamar de avanço econômico efetivo, com justa distribuição da renda, o que torna urgente uma leitura mais aprofundada destes dados, no sentido de permitir uma melhor compreensão das dessimetrias regionais, gerando informações importantes para o planejamento das novas estratégias de desenvolvimento. Os

dados sobre a produção e a realidade social das várias regiões deverão contribuir para alimentar de ideias esse novo desenvolvimentismo, na tentativa de se chegar a um projeto de nação com maior justiça social.

A nova perspectiva desenvolvimentista não deve focar apenas em políticas macroeconômicas, e sim primar por uma relação multidimensional do desenvolvimento, como políticas sociais que possam ajudar a reduzir as desigualdades regionais. A questão social não deve estar desvinculada da questão econômica, muito pelo contrário, fazem parte do mesmo corpo de ações.

Olhar para o Maranhão neste momento, a partir da perspectiva desses novos investimentos, é possibilitar uma percepção geral do seu território e nele buscar as principais variáveis que viabilizem uma nova política de desenvolvimento. Reforçando o que já apontamos, não é admissível olhar o Brasil por uma média nacional, e ver o Maranhão apenas com um apêndice do desenvolvimento nacional, sobretudo porque nestes territórios temos uma diversidade regional já posta historicamente.

Pelo exposto no artigo constata-se que a concentração dos novos investimentos tende a aprofundar as tendências de especialização em *commodities* da economia maranhense e, por isso, não configuram um cenário desenvolvimentista. A concentração dos novos investimentos (públicos e privados) no Maranhão em *commodities* agrícolas e minerais revela um aumento progressivo na participação do PIB e na renda, como já foi constatado nos dados expostos neste trabalho, porém sem melhorar o bem estar da população. Este aumento não é garantia para a diversificação e consolidação do parque industrial, com efeitos positivos que possam se propagar na zona urbana e, sobretudo na zona rural, com geração de empregos e dinamização da economia local. As *commodities* agrícolas e minerais deveriam deixar de representar a grande massa das exportações do estado e serem integradas ao mercado local e regional através de uma diversificação produtiva que gerasse maior valor agregado, e que retirasse do Maranhão, definitivamente, da condição de enclave econômico e social, que é o estágio onde se encontra atualmente a economia do estado. A pouca participação do Maranhão na produção industrial de transformação é algo que deve ser revertido com prioridade, pois este setor industrial é o pilar principal do desenvolvimento econômico defendido por Celso Furtado e por todos os teóricos novo-desenvolvimentistas.

Por fim, os dados demonstram que, para ser possível uma maior justiça social no Maranhão, será preciso, primeiramente, a reestruturação agrária. Esta deverá priorizar os pequenos e médios produtores, incorporando essa massa trabalhadora rural ao desenvolvimento em curso através da diversificação da produção agrícola; também a qualificação técnica da classe trabalhadora; os investimentos públicos e privados nos mais variados setores da economia; e principalmente, o redirecionamento dos processos de planejamento da indústria na busca de uma integração vinculada progressivamente ao mercado local e regional, como bem alerta Furtado na sua proposta política de desenvolvimento para o Nordeste, tão cara para o pensamento desenvolvimentista.

§

Referências bibliográficas

- ARCANGELI, Alberto. *O mito da terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia maranhense*. (Coleção Ciências Sociais): São Luís, EDUFMA, 1987.
- BACELAR, Tânia. *Nordeste: tendências recentes e perspectivas*. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/Car_ima_NE_TaniaBacelar.pdf>. Acesso em 01 mar de 2012.
- _____. As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In: SANTOS Junior, et al. (org.). *Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: FASE, 2003. Disponível em: <<http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/taniabacelar.pdf>>. Acesso em fev de 2013.
- BRESSER PEREIRA, L. C. *O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional*. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, São Paulo, pp. 5-24, jul./set 2006. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/produtos/spp/v20n03/v20n03_01.pdf>. Acesso em 12 dez de 2012.
- BIELSCHOSKY, Ricardo. *O velho e novo desenvolvimentismo*. Disponível em: <http://www.reded.net.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=183&view=finish&cid=228&catid=16&lang=pt>. Acesso em 05 abr 2013.
- FAGNANI, Eduardo. Agenda do Desenvolvimento. *Jornal do Brasil*, 03 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/plataforma-politica-social/noticias/2013/04/03/agenda-do-desenvolvimento/>>. Acesso em 10 abr de 2013.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 30ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 2001.
- _____. *O Brasil pós-milagre*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1981.
- _____. O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento (1984). In: FURTADO, Celso... [et al] *O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje*. Editora Contraponto, Rio de Janeiro: 2009.
- _____. *Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico estrutural* – 3ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FONSECA, P.; CUNHA, A. BICHARA J. *O Brasil na era Lula: Retorno ao Desenvolvimentismo?* Texto de discussão nº4, maio de 2012. Disponível em: <http://www.reded.net.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=419&view=viewdownload&catid=14&cid=179&lang=pt#.UYuOs7Xvveo>. Acesso em 10 jan de 2013.
- GONÇALVES, Reinaldo. Nacional-desenvolvimentismo às Avessas. *Anais do primeiro circuito de debate acadêmicos IPEA CODE 2011* (Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos).
- HOLANDA, F & PAULA, R. Padrão de Acumulação e dinâmica da economia maranhense na década dos anos 2000. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* – Vol. 6, Nº 10, jan-jun. 2011.
- IBGE. *Contas Regionais*. 2010.
- _____. *Contas Nacionais*. 2010.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Combatendo a pobreza extrema: o Maranhão e o Brasil Sem Miséria (2011)*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/110617_pobrezaextrema_maranhao.pdf>. Acesso em: 3 jan de 2013.
- _____. *Situação Social dos Estados: Maranhão*. Brasília, 2012.
- IMESC/SEPLAN. *Indicadores de Conjuntura Econômica do Maranhão*. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográfico. V.3 n.1 p. 1 – 51 jan./mar. 2010.
- RANGEL, Ignácio. *Maranhão: Antigo e Novo. A Singularidade do Pensamento de Ignácio Rangel*, Coleção Ignácio Rangel, Volume 2. São Luís: IMESC, 2008.
- RENAI/MIDIC, *O Maranhão e a nova década*. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1307388151.pdf>. Acesso em: 21 fev de 2013.

Recebido em 08/05/13
e aceito em 15/10/13